

## 1

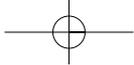
O extraordinário atentado de 11 de Setembro que atingiu no coração os Estados Unidos da América é um crime. Um crime cometido por islamitas. Constitui o ponto mais alto de uma série de actos terroristas que percorreram uma curva exponencial e cujo início situo em 1979, ano que assistiu ao triunfo de Khomeini no Irão e à invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas. Estes dois acontecimentos tiveram consequências consideráveis no reforço dos movimentos integristas e ajudaram à difusão da sua ideologia. A fim de entender a construção desta mesma ideologia, será necessário recuar bastante no tempo. Será necessário perceber a partir de que momento a palavra — o Alcorão e a tradição — predispôs a uma leitura integrista. Será necessário reencontrar a tradição exegetica e teológica para perceber em que passo aquela palavra oferece caminhos ou encorajamentos aos que, do seu sentido, apenas retêm aquilo que apela à guerra. Será necessário descobrir onde é que a tradição resiste, onde é que há lugar para a forçar, para se permitir uma nova interpretação que não se expressou no local onde cresceu tal tradição. Importa saber se é possível ler a palavra segundo as condições que a paisagem mental do nosso tempo oferece. Será necessário, igualmente, denunciar os escamoteios e as manipulações que perverteram o aspecto heróico do Islão, ao generalizar em tempo de paz a noção de inimigo. Os sectários que estão na origem desta operação universalizaram o anátema, a excomunhão e a *jihâd* — a guerra santa —, ao passo que a tradição era, na maior parte das vezes, prudente quando tocava nestas questões. Será urgente seguir o

percurso de tal génese, que acabou por gerar monstros que esqueceram os objectivos do ser, e que transformaram uma tradição, baseada no princípio da vida e no culto da felicidade, numa lúgubre marcha para a morte.

No próprio dia em que as duas torres de Nova Iorque se desfizeram numa gigantesca nuvem irrespirável de poeira, no mesmo instante em que aos olhos do mundo, num repente, pereceram milhares de pessoas inocentes (cuja variedade étnica, religiosa, nacional é o símbolo do cosmopolitismo da cidade), nesse mesmo instante as televisões mostravam manifestações de júbilo vindas da Palestina, do Líbano. Aquelas imagens humanamente pornográficas e politicamente catastróficas foram, de seguida, remetidas para a sua verdade marginal; e as respectivas autoridades políticas conseguiram com êxito estrangular a rua e apelar a uma maior decência. Mas eu sei que, de tais imagens, emanam um sentimento e uma emoção partilhadas por inúmeras pessoas pertencentes às massas do Islão, e tento compreender por que provações ou por que educação passou uma pessoa capaz de se regozijar com um crime.

Para esta sordidez existem razões internas e externas. No presente livro, é da minha responsabilidade debruçar-me principalmente sobre as razões internas, sem ocultar ou negligenciar as razões externas. Faz parte do papel do escritor apontar a deriva dos seus e ajudar a abrir-lhes os olhos para aquilo que os cega. Tenho, como se costuma dizer, de começar por varrer o chão diante da minha porta. Este texto, originalmente escrito em francês, será lido por numerosas pessoas que conhecem a língua e que se preocupam, de uma maneira ou de outra, com o drama da sua origem islâmica. Dirijo-me a todos os leitores, mas dedico um pensamento particular àqueles que, como eu, se entregaram simbolicamente à crença do Islão.

A cada entidade a sua doença. Esta poderá tornar-se tão contaminadora ao ponto de se assemelhar a um flagelo devastando as consciências. Foi assim que Voltaire analisou a doença da intolerância que continuou a causar estragos até ao caso Calas, incitado pela condenação à morte de Jean Calas, pronunciada a 9 de Março de 1762, pelo Tribunal de Toulouse. Para responder a este facto, o filósofo do Século das Luzes escreveu o seu *Tratado sobre a Tolerância*, iniciado em Outubro de 1762, em plena campanha de rea-



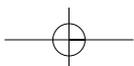
bilitação de Calas; o livro foi publicado em Genebra, em Abril de 1763. Naquela obra, Voltaire recapitula os horrores arquitectados pelo fanatismo católico contra os protestantes, após 24 de Agosto de 1572, dia de São Bartolomeu e em que estes últimos foram chacinados em Paris e nas províncias. Uma das razões da difusão do fanatismo deve-se à manutenção entre o povo da superstição; e a melhor maneira de debelar esta doença mortal é a de submeter o maior número de pessoas ao uso da razão. A palavra «doença» surge no livro de Voltaire quando aquele atribui aos «convulsionários» jansenistas a manutenção do povo no estado supersticioso que o predispõe ao fanatismo. Apresso-me a citar aquela passagem, mesmo que o leitor nela reconheça a ironia contundente do mestre de Ferney, cujo efeito pode parecer intempestivo à vista da gravidade da minha proposta:

«Se há alguns agitadores numa esquina de um arrabalde, trata-se de uma doença pedicular da qual só a mais vil população será vítima. Diariamente a razão penetra em França, tanto nas lojas dos comerciantes como nas casas dos senhores. É, pois, necessário cultivar os frutos desta razão.»<sup>1</sup>

Thomas Mann ocupou-se da doença alemã, o que o levou a escrever *Doutor Fausto* (editado em 1947), amplificação e radicalização de *A Morte em Veneza* (1919). Nele, o autor denuncia o excesso do espírito prometeico que causou tantos danos ao pensamento e à arte alemãs e, conseqüentemente, ao próprio povo alemão. Mann pretendia mostrar através daquele romance

«a fuga às dificuldades da crise cultural por intermédio de um pacto com o demónio, a sede de um espírito orgulhoso e ameaçado pela esterilidade, ávido de sacudir os entraves custe o que custar, o paralelismo entre uma euforia votada ao desmoronamento e à embriaguez fascista das massas.»<sup>2</sup>

Thomas Mann pensava em Nietzsche. No *Journal du «Docteur Faustus»*, confirma, duas páginas mais adiante, a evidência: é o autor de *O Nascimento da Tragédia* que é o modelo inominado da per-



sonagem do músico que ele mesmo inventou. Ainda que a doença alemã não tenha poupado Nietzsche, serei levado a utilizar um dos seus conceitos de psicologia moral para elucidar o estado interior que favorece a eclosão da doença do Islão que, por meu lado, me proponho analisar. Se o fanatismo foi a doença do catolicismo, se o nazismo foi a doença da Alemanha, é indubitável que o integristismo é a doença do Islão.

Esta é a tese. Não pretendo, com o que se segue, decretar que é necessário distinguir entre um bom e um mau Islão, que é necessário honrar um e denunciar outro. Todos sabemos que no Islão não existe instituição que legitime o magistério; mas, na tradição, o acesso à palavra está bem guardado: é preciso obedecer a condições específicas para a fazer falar ou para falar em seu nome. No entanto, o acesso selvagem à palavra não foi impedido; e não se trata de uma especificidade do nosso tempo. Por diversas vezes a história registou as calamidades que este acesso provoca; simplesmente, em consequência dos efeitos da demografia e da democratização, os semiletrados proliferaram e os candidatos que se permitem tocar na palavra tornaram-se bastante mais numerosos; e o número reforça a sua ferocidade.

A palavra alcorânica, submetida a uma leitura literal, pode ecoar no espaço balizado pelo projecto integrista: pode obedecer a quem pretende fazê-la falar na estreiteza dos seus contornos; porque lhe escapa, convém que seja investida do desejo do intérprete. Em vez de distinguir o bom do mau Islão, será melhor que o Islão recupere o debate e a discussão, que redescubra a pluralidade das opiniões, que construa um lugar para a discordância e a diferença, que aceite que o vizinho tenha a liberdade de pensar de outro modo; que o debate intelectual redescubra os seus direitos e que se adapte às condições que a polifonia oferece; que as aberturas se multipliquem; que a unanimidade cesse; que a substância estável do Um se dissemine numa girândola de inatingíveis átomos.

No que diz respeito às razões externas, bem se pode dizer que elas não constituem a engrenagem da doença que corrói o corpo do Islão. Contudo, não há dúvida de que elas constituem o seu catalisador. Por sua causa, a doença duplica de intensidade. Se, por milagre, começassem a desaparecer, não sei se a doença do Islão desa-

pareceria com elas, mas o certo é que aquela nunca mais encontraria o clima favorável à eclosão e à propagação dos seus germes. Quais são as suas causas externas? São, sequencialmente, o não-reconhecimento do Islão pelo Ocidente como representante de uma alteridade interior; o modo de o acantonar no estatuto do excluído; a maneira como o ocidental renega os seus próprios princípios desde que o seu interesse o reclame; por fim, o modo que o ocidental tem (e, nos nossos dias, sob a forma do norte-americano) de exercer impunemente a sua hegemonia segundo a política dita de dois pesos e duas medidas.

Aqui, no velho mundo, sem pretender justificar o crime, muitos foram aqueles que consideraram que os atentados de Nova Iorque e de Washington constituíram uma resposta a uma política norte-americana fundada num poder partidário. Esta opinião parece chocar os próprios norte-americanos, como o salienta o liberal Robert Malley, antigo conselheiro do Presidente Clinton no Conselho Nacional de Segurança:

«[...] nos países árabes, na Europa e entre um punhado de intelectuais norte-americanos, insinua-se que a política norte-americana foi a primeira responsável: sanções e condenações contra o Iraque, atitude pró-israelita, apoio a regimes repressivos, eis o que explicaria o alvo escolhido pelos terroristas. Os Estados Unidos vítimas da sua própria política? Seria, compreender-se-á — e para lá da insuficiente lógica do argumento —, dificilmente aceitável.»<sup>3</sup>

Sem desprezo pelo senso comum norte-americano, persisto, antes de tudo, em afirmar que as três razões invocadas como hipóteses académicas são as mesmas que sustentam a doença do Islão e que contribuem para a sua propagação. De seguida, pergunto-me: onde está a falta de lógica neste tipo de argumento. E para quem será ele «dificilmente aceitável», senão para aqueles que concebem e executam esta política. As reservas que Malley revela são apenas afirmações que nenhuma demonstração sustém. Admito que o argumento não seja suficiente para explicar os atentados que fizeram desaparecer as Twin Towers e calcinado uma vasta ala do Pentágono; mas o mesmo pode constituir uma legitimação *a posteriori*. Se-